

1.

Os significados atribuídos à natureza na construção social do bairro do Jardim Botânico: de obstáculo à ocupação a “peça” de luxo

No léxico urbano praticado nos dias atuais, termos que nos remetem a uma noção de natureza primitiva são colocados cotidianamente com tamanha intensidade por diferentes veículos de comunicação que, em certas ocasiões, ganham um caráter familiar, destoando da realidade espacial na qual estamos imersos. São inúmeros os termos muito utilizados pelos diferentes agentes do setor imobiliário para implementar uma estratégia de “marketing verde” para venda de empreendimentos nas metrópoles brasileiras.

No mercado de imóveis, por exemplo, se reproduzem as estratégias de “glamourização” da natureza com o uso de um vocabulário inspirado no seu equilíbrio o que produz somente “boas sensações”. Henrique (2009), em pesquisa sobre a natureza na cidade e sua apropriação pelos empreendimentos imobiliários com destaque para Salvador, São Paulo e Florianópolis, baseado em análises qualitativas de materiais de propaganda impressos e digitais, em cadernos e sítios da Internet especializados no recorte espacial pesquisado, aponta que, de forma geral, na apropriação ideologizada da natureza pelo mercado de imóveis inserem-se os seguintes elementos em relação aos slogans nas propagandas dos empreendimentos imobiliários (*idem*, p. 140):

*Praça exclusiva e privativa, garantido acesso total à natureza;
O privilégio de possuir a natureza dentro do condomínio;
Uma vida saudável na cidade em meio à natureza;
Diferenciais únicos: natureza, ar puro e elegância; tudo isto pertinho de Shoppings e dos mais modernos serviços;
Você vai querer criar raízes;
A natureza e a segurança nunca estiveram tão próximas;
Um estilo de vida que valoriza a natureza e o charme;
A natureza toma conta do condomínio;
Venha fazer parte de um seleto grupo que valoriza morar bem em contato com a natureza;
Uma proposta moderna de integrar a natureza ao edifício;
A vegetação nativa recebeu cuidados especiais;
A natureza transformada em arte;
A natureza fez o projeto para você;
Uma área reservada para sua família e para a natureza;
Lotes junto à natureza;
Mais do que morar é viver; condomínio sofisticado em meio à natureza.*

Há outros exemplos que poderiam ser citados³. Mas, afinal, o que significa “natureza” para o sujeito urbano na atualidade? Indo além, qual o significado de “natureza” para o morador do Jardim Botânico que será neste trabalho nosso espaço de pesquisa? Há uma dimensão subjetiva dessa expressão presente nos discursos praticados por moradores do bairro?

Estes questionamentos foram o ponto de partida pensar as entrevistas aplicadas a um conjunto de 14 moradores do bairro do Jardim Botânico a respeito das impressões de caráter subjetivo construídas nas diferentes experiências com o bairro. Os entrevistados falaram livremente (em entrevista semi-estruturada) sobre os parques públicos do bairro, a proximidade com a Mata Atlântica e suas cachoeiras, com a Lagoa Rodrigo de Freitas e a montanha. Destacaram também a luta pela preservação da qualidade de vida e do meio ambiente no bairro em ações junto ao poder público desde o início dos anos 80 com fundação da AMAJB (Associação de Moradores e Amigos do Jardim Botânico). Além disso, comentaram suas percepções de “natureza” a partir do senso comum, ao afirmar em que a cidade do Rio de Janeiro fica caprichosamente espremida entre o mar e montanha, bem como o bairro do Jardim Botânico. Tal condição geográfica institui um cenário único, com uma estética da paisagem apropriada simbolicamente por diferentes atores sociais.

Na temática do presente trabalho, o termo *jardim* ganhará destaque inicialmente como o próprio título sugere, quando será apresentado o recorte Alto Jardim Botânico para esse estudo.

1.1. Da natureza dos jardins

Lugar isolado, espaço de aproximação com natureza e com o campo, abrigo frente às ameaças da cidade e da própria natureza hostil, o *jardim* enquanto forma já assumiu diferentes modelagens ao longo da história. “O jardim chinês

³ Outro exemplo são os discursos políticos de homens públicos que adotam as mesmas estratégias. Foi assim, quando o então prefeito carioca César Maia, em julho de 2003, por ocasião da escolha do Rio de Janeiro como cidade candidata a concorrer no pleito para escolha da sede dos Jogos Olímpicos de 2012. O político, que também ganhou fama por suas frases de efeito, apropriou-se (equivocadamente, vale ressaltar) de um verso do poema “Receita de Mulher” de Vinícius de Moraes e declamou: “Que me perdoem as feias, mas beleza é fundamental”, referindo-se à São Paulo, que havia sido preterida, como “a feia” (o certo seria “que me perdoem as muito feias...”).

desenvolveu-se em antítese à cidade. Contrabalanceado a geometria retilínea da cidade, estão as linhas naturais e os espaços dos jardins” (TUAN, 2012, p. 194). Já na bacia oriental mediterrânea e no chamado Oriente Próximo pelos europeus, “eles tinham formas grosseiramente quadradas [...]. Os lendários jardins suspensos da Babilônia, de Nabucodonosor (mais ou menos 605 a.C.) assemelhavam-se a uma montanha verde quando vistos de longe” (*idem, ibidem*). Simbolicamente, tal perspectiva buscava aproximar a terra – ali representada pelo jardim – do céu, que poderia ser visto mais de perto no entendimento do jardim enquanto montanha verde.

Se os jardins monásticos eram lugares de contemplação, onde a centralidade espacial da fonte de água era uma forma de representar o Éden, Tuan (2012) afirma que, por outro lado, eles não eram lugares com vistas encantadoras e nem foram projetados para afagar a vaidade humana. Ao contrário destes, os jardins de Versalhes na França e a propriedade do duque de Beaufort, Badminton, na Inglaterra, foram pensados objetivando ostentar paisagens grandiosas e exaltar a figura humana, responsável por tais projetos que representavam o gosto estético frente à natureza (*idem, ibidem*).

Na Grécia, o “Jardim de Epicuro”⁴ não chegava a ter uma forma, pois tinha o sentido metafórico enquanto fórmula para uma vida ao abrigo das tempestades do mundo. “Esse afastamento conduz a uma cerca, quase um claustro – um anteparo...” (CAUQUELIN, 2007, p.62).

É papel do jardim estabelecer e manter a distinção entre os terrores naturais e os benefícios desta *parens mater*. Se o jardim se separa da cidade, ela também se separa da natureza furiosa, tempestuosa ou desértica. Nessa dupla condição, só o jardim é ameno (*amoenus*), prazenteiro. É preciso, pois, fugir da confusão de Roma e de seu clima insalubre, passar setembro fora, nesse fora que é um pequeno

⁴ “Epicuro se estabelece em Atenas aos 35 anos onde funda sua escola, chamada de *o jardim* (306), famosa não somente pelos ensinamentos do mestre, mas também pelo cultivo da amizade – “a amizade epicurista”, na qual participavam não somente homens (como era habitual na Academia e no Liceu), mas também mulheres. (...) Epicuro (...) partiu de uma necessidade dupla: a de eliminar o temor acerca dos deuses (...) e a de se libertar do medo da morte. A primeira se consegue declarando que os deuses são tão perfeitos que estão além do alcance do homem e de seu mundo; os deuses existem (pois, contrariamente à opinião tradicional, Epicuro não era ateu), mas são indiferentes aos destinos humanos. O segundo se consegue advertindo – segundo o célebre raciocínio – que, enquanto se está vivo, não se tem sensação da morte e que quando se está morto não se tem sensação alguma. Sobre estes dois pressupostos está construída toda doutrina epicurista. O fim desta é a vida tranquila (...)” (FERRATER MORA, 1979)

dentro. O jardim oferece, com efeito, esse paradoxo amável de ser “um fora dentro”. (idem, p. 63)

O Jardim é o refúgio desejado, simetricamente localizado entre os perigos da natureza e da sociedade.

Na pintura, os jardins ilustrados desempenham papel pedagógico, pois

O jardim é, com efeito, a imagem do que de melhor há no homem; ao residir no jardim, o homem se torna semelhante àquilo que o circunda. A alegria e a mansidão do campo provocam a alegria interior e a mansidão do caráter. Se a vida sábia tem como corresponde material o “lugarzinho próprio”, esse lugarzinho tem como correspondente textual uma poesia-quadro. (idem p. 64-65)

Já no território brasileiro, ainda nos primeiros séculos de colonização, segundo Pereira (2014), era possível constatar a presença do termo *jardim* em um mapa do Rio de Janeiro de 1580 e tempos depois em outro mapa da cidade de Filipéia (ou atual João Pessoa fundada, por Felipe III de Espanha, no período da União Ibérica 1580-1640). Além da influência espanhola, verifica-se também a presença holandesa no paisagismo das cidades coloniais brasileiras com o mais destacado jardim que se conheceu neste período construído por ordem de Maurits de Nassau-Siegen, administrador da Companhia das Índias Ocidentais (*idem*).

No Brasil setecentista, vai ser o vocábulo *quintal*, de acordo com Pereira (2014), que representará o espaço junto à casa no plano privado das residências urbanas, porém, limitado por um muro do resto do lote, reservado ao plantio de hortaliças, verduras e ervas medicinais para abastecimento doméstico.

Somente nas últimas décadas do século XVIII, com a criação de uma série de estabelecimentos botânicos – mais tarde denominados jardins botânicos – em diversas cidades brasileiras, que o vocábulo se fixa no léxico urbano (*idem*), da mesma forma que os passeios públicos arborizados se realizaram como uma experiência socialmente compartilhada.

Tanto do ponto de vista da linguagem, quanto da função socialmente atribuída a esses lugares, esse processo foi desenvolvido em ritmos diferentes e marcado por hesitações até o início do século XIX. Se o uso do vocábulo *jardim* passa, então, a ser definitivamente adotado, ele vinha associado via de regra, ao adjetivo *botânico*, expressão utilizada com sinônimo de *horto*, que passa, agora, também a designar áreas públicas de cultivo de plantas com fins utilitários e estratégicos para o desenvolvimento do próprio sistema colonial. Em Belém, entre 1796-1798, as

autoridades ora falam da criação de um *estabelecimento botânico* ora de um *jardim botânico* que, por sua vez, deveria servir de modelo para os de outras capitanias do Brasil, particularmente em Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro (*Carta régia...1796; Carta de D. Rodrigo...1798*). No Rio, D. João VI, apenas instalado no Brasil com a família real, após a invasão de Lisboa pelas tropas napoleônicas, cria em 1808 um Jardim de Aclimação, promovido quatro meses depois a Real Horto e, enfim, a Real Jardim Botânico (PEREIRA, 2014, p. 363).

Na primeira metade do século XIX, surgiram publicações que analisavam alguns dos sentidos sociais atribuídos a esses novos espaços arborizados e às palavras utilizadas para defini-los.

Com base em texto de 1839 do naturalista Antônio Landislau Monteiro Baena ⁵, Pereira (2014), aponta que a aplicação do termo *jardim* era exclusivo para “designação de áreas aprazíveis, enquanto a palavra *horto* mantivera o sentido utilitário anteriormente reservado a palavra *horta*. De todo modo as palavras *jardim* e *horto* quando seguidas do adjetivo *botânico* tornavam-se equivalentes”. (p.365)

Nas décadas de 1860 e 1870, a palavra *horto* já havia caído em desuso. Porém, o que vai se tornar mais proeminente é que espaços de uso público e coletivo passam a ser mais valorizados. Tal fato é constatado por meio de uma “grande reforma empreendida no Passeio Público entre 1861-1862, e da criação do novo jardim do Campo de Santana, ambos projetos do botânico francês Auguste Marie Glaziou, autor também do jardim da Quinta da Boa Vista, residência de Imperador Pedro II” (PEREIRA, 2014, 366).

⁵ BAENA, Antônio Landislau Monteiro. **Ensaio Corográfico sobre a província do Pará**. Belém, Typografia de Santos e Menor, 1839.



Figura 4: Foto de Marc Ferrez do Campo de Santana, originalmente Parque da Aclamação (1880)

Disponível em: http://www.casaruibarbosa.gov.br/glaziou/img/campo/11_hi.jpg

No contexto de internacionalização cultural e econômica do Brasil no início do século XX, os jardins tomam as fazendas das oligarquias ligadas ao setor cafeeiro e açucareiro, extrapolando o uso da palavra jardim para além dos espaços urbanos e multiplicando seu significado e sua forma.

Nos anos de 1880 o ajardinamento torna-se quase uma “necessidade pública” influenciando beneficentemente no entender das autoridades tanto na salubridade quanto no costume das novas populações urbanas, cada vez mais diversificada socialmente e heterogênea etnicamente. Os relatórios das câmaras municipais registram a febre de melhoramentos urbanos e antigas praças, reservadas aos exercícios militares ou aos largos, rocios e campos tornam-se jardins-paisagistas, passando a ser designados como jardins públicos ou simplesmente jardins.

O jardim público marcou um dos principais espaços de distinção social, para onde as classes abastadas acorriam para ver e ser visto. Nas últimas décadas do século XIX, as regras de apropriação social desse espaço, já faziam parte do senso comum e permitia-se, assim, a omissão da palavra público, como por exemplo: Jardim da Luz e Jardim da Aclimação (PEREIRA, 2014, p.367).

Diante da aceleração do processo de urbanização nas primeiras décadas do século XX, Pereira (2014) assinala que um novo conceito de loteamento surgiu em São Paulo renovando e difundindo o sentido para a palavra jardim. Assim, no contexto de difusão de uma cultura cada vez mais cosmopolita, expandiu-se noção de *bairro-jardim*. São exemplos: Jardim Pernambuco no Rio de Janeiro (ainda destacaremos mais à frente o Jardim Corcovado – loteamento construído nos terrenos da antiga fábrica de tecidos Corcovado, no bairro do

Jardim Botânico) e Jardim Paulista, Jardim Europa e Jardim América em São Paulo. (PEREIRA, 2014)

Habitar um desses *bairros-jardins* era sinônimo de fazer parte dos segmentos mais abastados da população que buscavam certo “exclusivismo” nas áreas de expansão imobiliária. Entretanto, o termo é ressignificado na sua forma e função quando, nos anos 1970 e 1980, ele é apropriado para designar loteamentos pobres nas periferias das grandes metrópoles. No Rio de Janeiro, os bairros de Jardim América e Jardim Sulacap, são exemplos da mudança da dinâmica do uso da semântica urbana.

Pereira (2014), citando Luiz de Anhaia Mello ⁶, destaca que

Por outro lado, a partir dos anos 1930, a palavra jardim começa ceder lugar à expressão parque público, frequentemente utilizada sem o adjetivo público, tal qual ocorrera com a expressão jardim público, reduzida simplesmente a jardim. Confirmando a previsão do intendente Lemos em Belém, em 1903, quando afirmava que ‘cada praça é um futuro parque’, o conceito reúne em seus atributos e significados tanto a ideia do antigo Jardim Botânico, como espaço expositivo da natureza, quanto a do jardim e praça pública, como lugar de representação social. Entretanto, acrescenta-se, agora, a estes antigos sentidos uma noção que o intendente não previra. Isto é, o sentido de uma experiência compensatória e que contribui para a saúde não só física como mental do cidadão, diante do cotidiano ‘rude’ das metrópoles. (p. 369 e 370)

Nas palavras da Sra. B

Natureza pra mim é vida, saúde, bem-estar, beleza, alegria... A escolha do andar do apartamento foi pela altura da copa das árvores. Não podia ser nem muito acima e nem dentro.

Sra. B. moradora do Jardim Botânico desde 1974

A valorização da paisagem, principalmente da floresta, também é destacada por muitos moradores entrevistados. A relação entre o convívio com a natureza e a sensação de saúde física e mental que resulta dele também é expressa, por exemplo, pelo Sr. J.

⁶ MELLO, Luiz Anhaia. Problemas de Urbanismo. Boletim do Instituto de Engenharia – Escolas profissionais Salesianas, São Paulo, 1929.

Natureza pra mim é o espaço de tranquilidade do pensamento. Onde eu consigo me encontrar comigo para colocar as ideias em ordem.

Sr. J. morador do Jardim Botânico desde 1976

Para o entrevistado citado acima, o significado de natureza e sua dimensão subjetiva apresentaram variações, que se acordam com a Rua onde moram, com a disponibilidade de tempo para desfrutar do bairro, a época em que mudou para o bairro e com perspectiva de vida construída para sua família.

Natureza pra mim é o silêncio; os sons dos pássaros, dos animais; o ar e temperatura amena; o cheiro das plantas; a luz. São percepções sensoriais.

Sra. I. moradora do Jardim Botânico desde 1999

Para a Sra. I. os diferentes elementos que compõem a natureza constituem, em primeira análise, seu significado de “natureza”. Porém, a entrevistada destaca que nem tudo “são flores”. Para ela,

Conviver com a floresta é estar sempre contornando as forças que tem ali. As águas, os mosquitos, os macacos. É tela na janela, é a limpeza da calha.

Sra. I. moradora do Jardim Botânico desde 1999

No depoimento da Sra I. percebeu-se a influência da rua onde se mora no olhar sobre a natureza. Antes de mudar-se para a casa atual, ela morou no trecho mais alto da Rua Pacheco Leão, com grande proximidade com a mata. Sentir-se fora do que se concebe por urbano tem sido uma estratégia do morador das grandes metrópoles. De acordo com Machado (2013), “a natureza que em momentos anteriores fora vista como um entrave para o desenvolvimento das cidades, hoje é entendida como algo que trás para o urbano melhores índices de qualidade de vida” (p.4). Desta forma, a perspectiva de natureza apontada pela entrevistada vai ao encontro com a ideia de que a distinção entre cidade e natureza estaria relacionada à constituição de uma certa “imaginação ambiental”, que elegeu ambientes selvagens como geradores de prazer estético, contribuindo, ao mesmo tempo, para definir o ambiente e a natureza como algo não urbano e, portanto, não humano (TORRES, 1998 p. 1645).

Olhar semelhante possui o Sr. G

Vejo da minha janela a rocha, a mata, a lua cheia e água da lagoa e do mar. É a natureza encravada no urbano.

Sr. G. morador do Jardim Botânico desde 1994

O apelo pelo verde nas grandes metrópoles brasileiras como do Rio de Janeiro é uma construção social que pode ser compreendida pela reflexão de Cisotto (2009). De acordo com a autora,

A necessidade pela proximidade da natureza foi produzida e a metodologia para a produção da necessidade da natureza nas cidades, é através de simbolismos. A questão ecológica invadiu o cotidiano produzindo uma nova necessidade, a divulgação e formação de consciência ecológica, tem um apelo mercadológico, induzindo gostos e preferências de consumo. Fala-se muito dos benefícios para saúde, dos benefícios psicológicos, que aliviam as doenças da modernidade, pelo contato com a natureza. Essa proximidade da natureza se torna rara na metrópole, pois passa a significar uma condição de vida única, de acesso restrito, limitado (p.216).

Um dos aspectos que torna o Jardim Botânico um bairro singular na opinião dos moradores entrevistados é o fato deste se situar próximo das áreas verdes – daí entende-se Floresta – que ainda estão longe de definirem-se como raridades da forma que são vistas na maior parte dos outros bairros da cidade.

Aqui na minha casa eu tenho essa vista. Em Ipanema, só se vê o vizinho.

Sr. G. morador do Jardim Botânico desde 1994

Entendemos que a janela do entrevistado é moldura de uma paisagem, que é uma aparência em si. Porém, jamais só isso. Souza (2013), a esse respeito, afirma que, “o conteúdo ‘por trás’ da paisagem pode estar em consonância ou em contradição com essa forma e com o que ela, por hábito ou por ideologia, nos “sugere” (p.46).

Mesmo não estando no foco das nossas discussões nesta pesquisa, acreditamos ser importante ressaltar a relevância da categoria paisagem quando o entrevistado destaca a vista como algo valioso, pois ir além do visível permite uma compreensão do real mais próxima da sua totalidade. Segundo Batista (2011), a paisagem em destaque abaixo, por exemplo, insere-se no recorte – denominado sítio Rio Paisagem Cultural – do município do Rio de Janeiro que

possui o título de Patrimônio Mundial da Humanidade, na categoria paisagem cultural, atribuído pela UNESCO. Tal titulação reforça a ideia da paisagem carioca com ativo para a economia do turismo, beneficiando os projetos do poder público para este importante setor econômico para as empresas fluminenses.



Figura 5: Vista livre para a mata do apartamento do Sr. G.
Fonte: Acervo da família, 2014.

1.2.

Ver além da natureza: uma geo-história das amenidades na cidade do Rio de Janeiro

Entre a ocupação inicial do sítio do morro do Castelo até o povoamento da planície, a evolução da área física da cidade realizou-se com caráter de superação de grandes obstáculos onde a palavra *conquista* comumente é usada nos trabalhos que versam sobre o tema. Nesse sentido, de acordo com Bernardes (1992, p. 38) “vemos [pois] que onde a expansão da cidade se fez mediante a conquista laboriosa da planície encharcada é que nós vamos encontrar ruas retilíneas, embora não perfeitamente paralelas”. É com base nesta relação de tensão entre natureza e sociedade que o espraiamento da cidade se deu, inicialmente para o centro e suas freguesias imediatas e depois para a zona sul e subúrbios. Diante de

tal processo, percebemos a diferença de sentidos atribuídos à natureza na evolução urbana da cidade do Rio de Janeiro. A esse respeito Abreu (1992) aponta que

A relação entre natureza e sociedade é sempre historicamente determinada. Em outras palavras, o significado e o valor que uma sociedade atribui aos elementos da natureza irão sempre variar no tempo, acompanhando o processo histórico de seu desenvolvimento econômico e social. Valores ambientais que são hoje tão disputados pela população do Rio, como viver próximo à praia, por exemplo, seriam considerados extremamente exóticos (ou mesmo irracionais) pelos cariocas do passado. Por sua vez, o maciço da Tijuca que hoje é facilmente penetrado por modernas estradas e túneis de grande extensão, e que abriga um patrimônio ambiental considerável, representado pela floresta que recobre grande parte de sua superfície, já teve inúmeros outros significados na história da cidade, alguns bastante diversos dos atuais. (p.54)

Nas encostas do maciço da Tijuca onde hoje são encontradas mansões, favelas e áreas remanescentes de floresta já tivemos a prática agrícola, a extração da madeira e da lenha que contribuíram para o desenvolvimento econômico da parte baixa da cidade. A busca pela liberdade fez com que escravos refugassem-se em áreas altas e floresta, constituindo quilombos em áreas de difícil acesso ⁷. Por outro lado, os mais afortunados buscavam nos *altos* um refúgio das epidemias e doenças que ameaçavam as áreas mais densas da cidade. Além disso, não foram poucas as fábricas que ali buscavam a força hidráulica de que necessitavam.

Neste trabalho, entendemos que a extração da renda da terra nas encostas do maciço da Tijuca por meio do plantio do café e, posteriormente, do loteamento para moradia de classes de melhor padrão socioeconômico, possui maior relevância na compreensão da relação entre natureza e sociedade que esteve presente no processo de evolução urbana da cidade e de construção simbólica das amenidades no bairro do Jardim Botânico e no Rio de Janeiro.

Foi no século XVIII, segundo Abreu (1992), não se sabe ao certo em que ano, que o café passou a avançar nas encostas do maciço da Tijuca. As primeiras áreas de plantio situavam-se na parte baixa da cidade e se expandiam de forma descontínua e pontual. Hoje os bairros do Centro (Rua Evaristo da Veiga, atual

⁷ Aqui concordamos com OLIVEIRA E MONTEZUMA (2010, p. 122) quando afirmam que “a este propósito, um aspecto deve ser considerado – a dificuldade que se tem, no presente, de se avaliar a capacidade de transformação da paisagem feita no passado pelas chamadas populações tradicionais brasileiras (indígenas, caiçaras, quilombolas, etc.). Ainda que a maior parte da Mata Atlântica seja constituída por formações secundárias milenarmente implantadas por estas, a informação disponível acerca dos processos, usos e manejos envolvidos é escassa”.

quartel central da Polícia Militar), Cachambi (fazenda Capão do Bispo) e em Campo Grande (Mendanha) foram os espaços pioneiros no cultivo do café na cidade do Rio de Janeiro.

A chegada da família real em março de 1808, deu-se quando o café já conquistara parte significativa do Maciço da Tijuca, especialmente no Alto da Boa Vista, onde conseguiu boas condições climáticas. Apesar de tal fator climático condicionar a expansão desse cultivo em terras cariocas, outros lugares como as margens da Lagoa Rodrigo de Freitas, nas Laranjeiras, no Cosme Velho, no Campinho, em Cascadura e Barra da Tijuca já possuíam cafezais.

Com base nos anúncios classificados publicados na *Gazeta do Rio de Janeiro* e no *Diário do Rio de Janeiro* nas décadas de 1810 e 1820, Abreu (1992) aponta que

Apesar dessa difusão pelo espaço carioca, era no alto e nas encostas do maciço da Tijuca que os cafezais estavam presentes em maior número. Além das já conhecidas plantações das fazendas de Louis François Lacesne e de Charles Alexander Moke, na Gávea Pequena, muito visitada pelos estrangeiros que aqui estiveram no início do século, e que tinha cinquenta mil e quarenta mil pés de café, respectivamente, havia muitas outras nessa mesma região, conforme indicam com riqueza de detalhes, os anúncios publicados no final da década de 1820 pelo *Diário do Rio de Janeiro*. (p.72)

Dois destes anúncios merecem citação, pois já apontam para a “venda” de amenidades presentes no contexto espacial das propriedades cafeicultoras postas à venda ou para alugar. Em 1827, por exemplo, estava sendo alugada

uma chácara na Tijuca, no primeiro portão da direita, logo que se tem subido, a qual oferece as conveniências seguintes: boa e elegante casa de vivenda, 13.000 pés de café(...) mato virgem, uma fonte de água férrea, uma cascata de mais de 200 palmos de altura que faz o rio Maracanã, cujas águas cortam a propriedade ares iguais aos de S. Paulo pela frescura de salubridade. (*Diário do Rio de Janeiro* 29 de maio 1827, *apud* ABREU, 1992 p. 72)

Na mesma década de 1920, um anúncio indicava a venda de

uma chácara em Andaraí Pequeno, quase a chegar às Águas Férreas, com 120 braças de testada (...) onde tem matos virgens de muito boas madeiras de construção como se pode ver pelas que estão cortadas, e trabalhadas para diferentes oficinas, (...) cafezal novo ,etc. (*Diário do Rio de Janeiro* 10 de Dezembro 1827, *apud* ABREU, 1992 p. 74)

Nas duas décadas seguintes, segundo o mesmo autor (1992), “os anúncios que proclamavam a existência de ‘matos virgens’ em propriedades colocadas à venda nas cercanias da cidade, tornam-se cada vez mais escassos” (p.76).

O crescente desmatamento provocado pela expansão do mercado de terras e pela cultura do café, além do crescimento do número de habitantes da cidade, acabou por agravar um antigo problema do Rio de Janeiro: o déficit no abastecimento de água.

Esse problema vai acompanhar o processo de construção do espaço carioca desde a sua fundação se prolongando pelos séculos seguintes. O uso das águas do Rio Carioca em um primeiro momento e, em seguida, o das águas do rio Maracanã - este com plano de captação pronto em 1800 -, foi de fundamental importância para o abastecimento do centro da cidade e de suas freguesias mais próximas, entretanto nunca atendeu plenamente às necessidades dos moradores e das atividades econômicas destas localidades.

Com a inesperada chegada da família Real na primeira década do século XIX e o impacto decorrente da instalação de cerca de 15.000 pessoas na cidade, tornou-se fundamental pensar no abastecimento de alimentos e de água para uma população que havia dobrado em poucos dias. A crise da água já existente ampliou-se naquela época, para a dimensão habitacional e da produção de alimentos. (ABREU, 1992)

Em cada episódio de estiagem (1809, 1833 e 1843) novas medidas emergenciais e provisórias eram aplicadas. Diante de tal realidade, tornava-se imperativo a elaboração de políticas duradouras e definitivas. De acordo com Abreu (1992):

não se podia mais continuar a correr atrás de novos mananciais no maciço da Tijuca se as próprias condições de existência dessas fontes não fossem garantidas. A verdade é que, apesar de já terem transcorrido 25 anos desde que o rei d. João VI havia determinado a preservação das matas próximas às nascentes dos rios que abastecem a cidade, pouco ou nada havia sido feito nesse sentido (...) As necessidades da cidade, entretanto, não deixavam de aumentar, acompanhando o crescimento da população e o incremento de suas atividades econômicas. (p. 65-66)

Assim, após a seca de 1843, considerada um marco divisório na história da cidade, o governo imperial iniciou a aplicação de medidas de preservação dos mananciais. No mesmo ano foi criada uma comissão que estudaria iniciativas de reflorestamento e desapropriações de terras que estivessem diretamente ligadas às cabeceiras dos rios que abasteciam a cidade - nesta ocasião, o Carioca e o Maracanã. Porém, o reflorestamento se apresentou lento e as desapropriações não foram colocadas em prática nos anos que se seguiram. Somente em 1860, após nova estiagem vivida na cidade, que o governo elabora um “novo plano geral de abastecimento d’água”. A estratégia de reflorestamento e conservação das florestas da Tijuca e das Paineiras ficou a cargo do major Manuel Gomes Acher e Tomás Nogueira da Gama, respectivamente. Com o auxílio de escravos e a aceleração das desapropriações, o trabalho avançou e já no início da década de 1870 era possível ver a floresta nascendo de novo. (ABREU, 1992)

O ressurgimento da floresta no último quartel do século XIX ocorreu em um novo contexto urbano. A cidade já não era mais a mesma. Ela apresenta forte crescimento demográfico, tem ares cosmopolitas trazidos pela próspera economia cafeeira e realiza uma expansão horizontal em direção aos vales por onde as companhias carris penetravam com bondes puxados a burro, ligando estes locais ao Centro. As áreas que agora se apresentavam conectadas ao Centro, insalubre e hostil, eram vendidas como locais salubres onde se vive melhor. Destaque para Botafogo, Laranjeiras, Cosme Velho, Jardim Botânico, Tijuca, Rio Cumprido e São Cristóvão. Além desses, os bairros do subúrbio - até então de aspecto bucólico -, atendidos pelo ramal da Estrada de Ferro D. Pedro II, também recebiam infraestrutura de abastecimento de água e tinham suas chácaras retalhadas para a constituição de novos loteamentos. (ABREU, 1992)

Uma outra característica que marcou essa “febre imobiliária” e que se torna elo fundamental para alcançar os objetivos desta pesquisa, foi o fato de que, de acordo com Abreu (1992), “ela não se contentou mais em seguir apenas a direção dos vales. Passou também a subir a montanha” (p.84). Segundo o mesmo autor, o caso de Santa Teresa é bastante ilustrativo e vai evidenciar que, além dos componentes da natureza que tornavam as áreas altas consideradas “salubres” e melhores para se viver,

foi a perspectiva de extração da renda do solo urbano, isto é, da realização de grandes lucros imobiliários por parte dos proprietários de terra, que deu impulso, no final do século XIX, à proliferação dos loteamentos em Santa Tereza e, posteriormente, nas encostas do Rio Comprido e da Glória. (*idem, ibidem*).

Habitar estes espaços *altos*, com vegetação preservada e paisagem exuberante da cidade, passou a ser sinônimo de saúde. “Os investimentos em sanatórios e casas de saúde particulares no Alto da Boa Vista no final do século XIX exemplificam tal significado assumido por esses espaços.” (*idem*, p.87)

Tal olhar para a natureza na cidade do Rio de Janeiro estava em sintonia, em fins do século XIX, com os movimentos da sociedade que redefiniam a relação entre sociedade e natureza, especialmente na Europa e nos Estados Unidos. A relação dicotômica da cidade industrial como “mundo civilizado” e o campo como “mundo atrasado selvagem” começam a mudar. A vida no meio rural passou a ser idealizada, já que o ambiente fabril tornava a cidade cada vez mais adensada e insalubre, gerando, principalmente nas cidades inglesas, “um certo sentimento antissocial, ou antiagregativo, originando uma atitude de contemplação da natureza selvagem, lugar de reflexão e de isolamento espiritual” (DIEGUES, 2002, p. 23 e 24).

Nos Estados Unidos, a criação do conceito de parque nacional como área natural, selvagem no final do século XIX, inseriu-se no contexto de urbanização acelerada e buscava reservar grandes espaços naturais para a contemplação da paisagem e recreação, principalmente após o extermínio dos índios e a expansão da fronteira agrícola para o oeste (*Idem*, p.24).

É neste contexto que a estética da paisagem ganha maior relevância nas relações sociais. Difundiu-se o prazer visual proporcionado pela contemplação de espaços naturais cada vez mais raros. “Assim, as áreas que não sucumbiram à exploração econômica foram sendo gradativamente mais e mais valorizadas pelo aspecto ornamental de seus ambientes belos e agradáveis” (CISOTTO, 2009, p.22). E ainda: “A concepção de meio ambiente se configurou uma ferramenta política, econômica, indutora de um movimento de revalorização estética das paisagens naturais, fortalecendo o movimento de estetização no consumo de paisagens” (LUCHIARI, 2002, p. 27).

As matas, por exemplo, deixaram de representar ambientes hostis ao ser humano para transformar-se em ambientes que proporcionam beleza e prazer à visão. A esse respeito, de acordo com Tuan (2012) “o próprio meio ambiente natural pode produzir uma sensação de abrigo, desde que seja penetrável como a floresta tropical (...)” (p.163).

As poucas reservas florestais que não sucumbiram pela exploração econômica cada vez mais vão assumindo seu valor ornamental, que, por sua vez, também pode ter sido atribuído pelo fato de essas paisagens terem se tornado cada vez mais raras na configuração territorial (SERRÃO, 2007, *apud* CISOTTO, 2009, p.22). “Trata-se de uma nostalgia da natureza que é provocada pela sua própria raridade, a qual intenta ser recuperada na reconstrução de paisagens que nos remetem às florestas, mas que são domesticadas

e controladas pelo ser humano” (SERRÃO, 2007, p. 19).

Os fragmentos verdes da cidade assumiram papel essencial para a saúde, como afirmam Cisotto e Vitte (2010), para quem esses fragmentos

agem simultaneamente sobre o lado físico e mental, por sua função psicológica, e também absorvem ruídos, atenuando o calor do sol; no plano psicológico, atenua o sentimento de opressão do Homem com relação às grandes edificações. Os espaços integrantes do sistema de áreas verdes de uma cidade exercem, em função do seu volume, distribuição, densidade e tamanho, inúmeros benefícios ao seu entorno proporcionando a melhoria da qualidade de vida pelo fato de garantirem áreas destinadas ao lazer, paisagismo e preservação ambiental (p.30).

Com base nesta lógica, o capital imobiliário vai converter a natureza do meio urbano “em uma ‘isca’ ou uma imagem/símbolo para atrair os compradores em um momento de grande valorização da natureza na cidade, quer seja por motivos estéticos (os passeios e a exibição de poder) ou por razões higienistas” (HENRIQUE, 2009, p. 125).

Quando viemos comprar esse apartamento a gente tinha a opção deste com uma sala menor e essa vista da floresta ou uma sala maior e a vista completa da Lagoa. O verde falou mais alto. Olhar a natureza é muito bom.

Sr. H. morador do Jardim botânico desde 1978

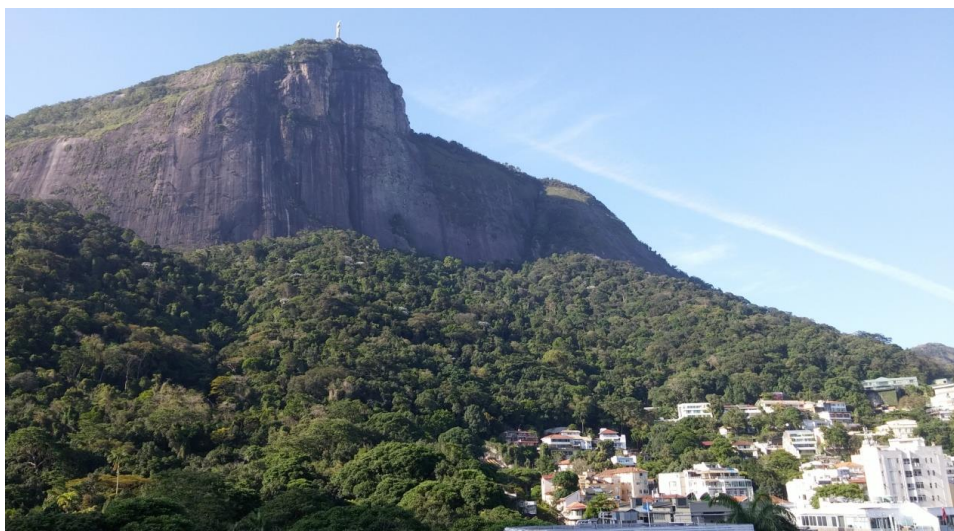


Figura 6: Vista do apartamento do Sr. H.
Fonte: Acervo pessoal, 2014.

A imagem a seguir ilustra a ideia exposta anteriormente ao fazer uma analogia do Alto Jardim Botânico – objeto da reportagem - com o Jardim Pernambuco e destaca o clima pacato do local, além da foto da moradora na sua casa, cercada de verde e com vistas da Lagoa Rodrigo de Freitas, de Ipanema e das Ilhas Cagarras.



Figura 7: Os Altos se assemelham? O Jardim Pernambuco que compreende parte do Alto Leblon, segunda a reportagem, inspira a o surgimento de um novo Alto no Jardim Botânico.
Fonte: O Globo, 12/08/2012. (Acervo digital O Globo)

No bairro do Jardim Botânico, a relação com verde é percebida na sua parte baixa muito em função da configuração geográfica do bairro, que fica “espremido” entre a Lagoa Rodrigo de Freitas e o os resquícios de Mata Atlântica do Maciço da Tijuca. Além disso, o alto nível de arborização das ruas e a existência de dois parques (Parque Lage e Jardim Botânico) são fatores que contribuem para olhares como o da Sra. A., que afirma que

Natureza para mim é essa interação com a floresta aqui bem perto. Os micos estão aqui no muro. Sem contar que, se eu andar para a esquerda, tenho o Parque Lage e, para a direita, o Jardim Botânico.

Sra. A. moradora do Jardim Botânico desde 1961

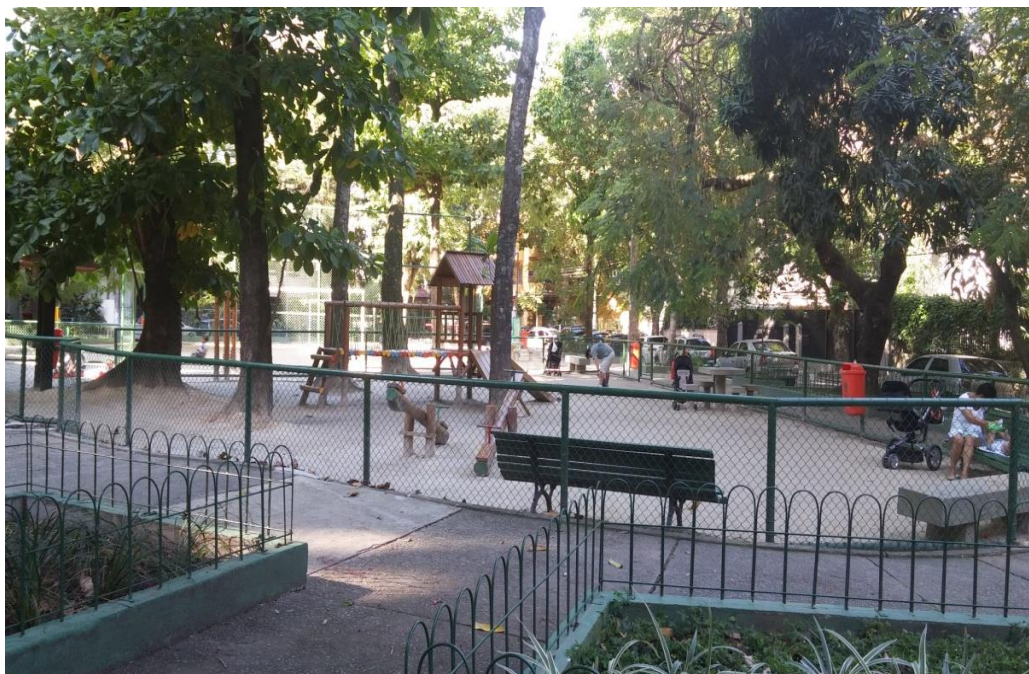


Figura 8: Praça Pio XI. Muito arborizado, o lugar tem sempre a presença do público infantil e a organização de atividades culturais para eles pelos moradores.

Fonte: Acervo pessoal, 2014.



Figura 9: Preocupação com a manutenção dos jardins de uma das ruas que dão acesso à praça.
Fonte: acervo pessoal, 2014.

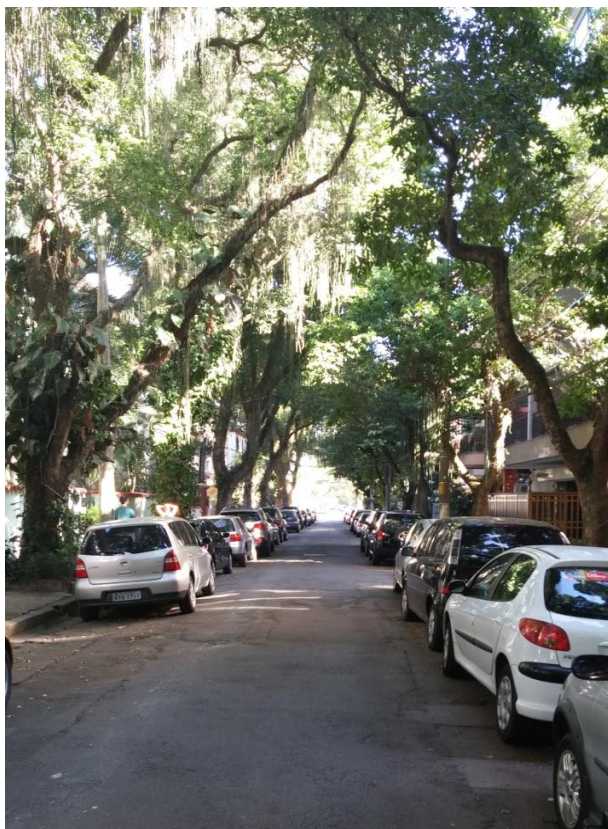


Figura 10 - Rua que dá acesso à praça: muitas árvores.
Fonte: acervo pessoal, 2014.

1.3.

Do Engenho d’el Rei ao Bairro *glamourizado*: a construção social do Jardim Botânico

O início da ocupação do que hoje é o Jardim Botânico, e praticamente quase toda zona sul, deu-se a partir da fundação de um engenho ainda no fim do século XVI⁸. Tal engenho ficou aos cuidados do então governador do Rio de Janeiro, Antônio Salema, que teve a função de promover, por ordens da Coroa, o desenvolvimento inicial do cultivo da cana-de-açúcar às margens da antiga Lagoa de Sacopenapã – hoje Rodrigo de Freitas – em terras consideradas de boa qualidade, confirmando a agricultura como a atividade que inicialmente mais interessou aos colonizadores da cidade (GASPAR e BARATA, 2008, p. 22).

De acordo com Abreu (2010), esse era o terceiro engenho da cidade, já que no final da década de 1570, “o termo da cidade já tinha dois deles em funcionamento: o de Cristóvão de Barros, ao fundo da baía de Guanabara, e do governador Salvador Corrêa de Sá, na ilha que depois seria ‘do governador’” (p. 246). A inconclusão da obra do Engenho d’el Rei, fez com que o Provedor-mor da Fazenda do Brasil, Cristóvão de Barros, recomendasse em 1578 a D. Sebastião, Rei de Portugal, a venda do engenho. Já em 1594, rebatizado como Engenho de Nossa Senhora do Rosário e da Encarnação, pertencia a Salvador Fernandes e Diogo Amorim Soares (ABREU, 2010, p. 247).

Vale destacar, que o professor Maurício Abreu faz uma ressalva na sua obra que vai de encontro com o que a maior parte da bibliografia sobre o assunto apresenta. Segundo ele (*op cit*) um documento importante informa também

que o engenho estava situado à margem da lagoa Camanbucaba, o que prova que era esse o nome quinhentista da lagoa Rodrigo de Freitas, e não Sacopenapã, topônimo que então designava a praia que ficaria mais tarde conhecida como Copacabana (*idem, ibdem*)

Da família Amorim Soares, o Engenho passa para os Fagundes Varella (herdeiros dos Amorim Soares) e em seguida para os Freitas de Mello Castro (herdeiros dos Fagundes Varella). Foi quando estes últimos ainda eram proprietários que a Lagoa de Sacopenapã (ou Camambucaba) passa a ser

⁸ Para melhor compreensão deste processo aconselha-se ler, ABREU, Maurício de A. *Geografia Histórica do Rio de Janeiro (1502 – 1700)*, Volume 1. Rio de Janeiro: Andrea Jakobson Estúdio Editorial e Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, 2010.

denominada de Lagoa Rodrigo de Freitas, em 1702 (GASPAR e BARATA, 2008, p. 22) (ABREU, 2010, p. 252).

Entre 1600 e 1700 a população carioca passou de 4.000 habitantes para cerca de 12.000. Com o ouro ganhando papel de destaque na economia da colônia no início do século XVIII, o Rio de Janeiro, mesmo sem ser produtor, tem papel importante no escoamento do produto para a Europa (BERNARDES, 1965, p.24). Com isso, verificou-se que “a cidade deixou de ser importante apenas pela defesa do território ou pelo açúcar, assumindo o papel de centro de comércio, suplantando Salvador e tornando-se a capital da colônia em 1763”. (KOATZ, 2006, p.19)

Já em 1808, com a vinda da Família Real para o Brasil, a cidade viveu grandes mudanças que refletiram no âmbito econômico, político, cultural e social. É neste contexto, que a história do bairro do Jardim Botânico começa a ser escrita e a do Engenho de Nossa Senhora da Lagoa Rodrigo de Freitas – assim denominado na época -, reescrita.

A vinda da família real portuguesa para o Brasil, em 1808, trouxe também a necessidade de defesa da região. Em 13 de Junho do mesmo ano, D. João VI assinou um decreto desapropriando o engenho da Lagoa Rodrigo de Freitas para que ali fosse construída uma fábrica de pólvora. E, três anos depois, mandou desapropriar também as benfeitorias instaladas em suas adjacências. A Real Fábrica de Pólvora, erguida onde hoje está o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, funcionou até o ano de 1831, quando após sucessivas explosões, foi transferida para a região de Petrópolis. Vale lembrar que junto à Fábrica, tinha sido criado um “Jardim de Aclimação” para introduzir plantas vindas do Oriente, a começar pelas especiarias, estendendo-se a espécies nativas e outras, exóticas, que não havia aqui. O Jardim logo tornou-se o Horto Real, futuro Jardim Botânico do Rio de Janeiro que hoje reúne uma das mais ricas coleções de plantas cultivadas do mundo. (FRAIHA E LOBO, 1998, p. 16 e 17)

Mesmo com a dificuldade de acesso que se realizava por trilhas (a pé ou a cavalo) ou por barco, o local foi bastante procurado por viajantes e por moradores da cidade que iam passear por ali. Assim, ao longo do século XIX, formou-se uma embrionária estrutura de hotéis que tornou o lugar famoso, ao ponto de emprestar seu nome ao bairro no qual estava localizado.

O bairro do Jardim Botânico, como passou a ser chamado, passou por novas transformações espaciais com a chegada dos bondes puxados de burro.

Inicialmente, a partir de 1868, esta modalidade de transporte passou a conduzir passageiros do Centro apenas até o Largo do Machado num serviço concedido à *Botanical Garden Railroad Company* (Companhia Ferro Carril do Jardim Botânico) . Segundo Abreu (1997), “logo depois, em 1/1/1871 a companhia estendeu suas linhas até o Jardim Botânico [...], permitindo, pela primeira vez, a ligação rápida do praticamente desabitado Largo das Vendas (atual Praça Santos Dumont)” (p.44). Do centro da cidade até o ponto final eram aproximados 13 km de trajeto cortando outros bairros que gradualmente foram sendo habitados pela facilidade de conexão com o Centro.

A melhor conexão com centro através dos bondes desencadeou um processo de ocupação das antigas chácaras do bairro com indústrias do setor têxtil como a Companhia de Tecidos Carioca (1884) e a Fábrica Corcovado (1889). Junto a estes estabelecimentos foram instaladas vilas operárias, o que promoveu um crescimento da população do bairro (FRAIHA E LOBO, 1998, p. 20 e 21). No ano de 1890 a Lagoa e a Gávea tinham, somadas, 166 indústrias (ABREU, 1997, p. 55).

No período de instalação das duas grandes fábricas, Carioca e Corcovado, os empresários da construção civil, junto com os do setor fabril, construíram vilas operárias próximas das fábricas como forma de minimizar os riscos de epidemias.

O ambiente insalubre da Lagoa criava a preocupação com a questão sanitária e os riscos de transformar as áreas alagadiças em criadouros de mosquito e vetores de doenças como a febre amarela. Porém, isso não foi fator impeditivo à ocupação por residências unifamiliares, habitações proletárias, indústrias, sobrados e casas térreas, muitas delas usadas como casas de cômodos, que se multiplicaram nas ruas Jardim Botânico, Faro, Lopes Quintas e Dona Castorina . (KOATZ, 2006, p.27)

A partir de 1920 com o governo municipal de Carlos Sampaio e as obras de embelezamento da cidade com vistas ao centenário da Independência, iniciaram-se as melhorias no entorno da Lagoa, na altura do Jardim Botânico, em terreno transferido da União gratuitamente para Prefeitura do Distrito Federal em 5 de

Janeiro de 1921, pelo artigo 107 da lei nº 4.242. (GASPAR e BARATA, 2008, p. 109)

Fortemente influenciado pela preocupação com os pântanos de água doce, o engenheiro Saturnino de Brito acabaria por influenciar o prefeito Carlos Sampaio a adotar sua proposta de canalizar os rios Cabeça, Macaco e Rainha, com escoamento no final da praia do Leblon. Ou seja, Brito sugeria a abertura de uma comunicação permanente e regular da lagoa com o oceano e o aterro das margens baixas e alagadiças da orla. Assim, estaria assegurando um regime de águas salobras que seria o mais eficaz para sua manutenção sanitária. (*idem, ibidem*)

O aterro de parte do espelho d'água da Lagoa Rodrigo de Freitas e as obras de urbanização nas áreas próximas, resultaram no surgimento de terrenos como o que recebeu o Jockey Club Brasileiro, além de ruas, praças e avenidas. As referidas obras e o avanço da ocupação nos bairros de Ipanema e Leblon fizeram com que, de acordo com as formulações de Abreu (1997), “os interesses envolvidos no processo de ocupação da zona sul se dirigissem à única área que ainda restava. Entretanto, era preciso prepará-la primeiro, executando as obras de saneamento que se faziam necessárias” (p. 78).



Figura 11: Foto de Augusto Malta (1920). Aterros no entorno da Lagoa Rodrigo de Freitas expandiram os terrenos disponíveis para expansão imobiliária.

Fonte: Acervo do Museu da Imagem e do Som.

Pelas palavras de Carlos Sampaio, constata-se a importância das obras na Lagoa que se tratava, de fato, de

uma questão de saneamento de um suburbio de nossa capital, que será sem dúvida num futuro próximo, um dos mais bellos e mais importantes. Mas se a questão do saneamento devia ter preferência, também não era descurável a parte esthetica, principalmente quando a Natureza já fornecia um quadro de incomparável encanto; e, por outro lado, não era difícil prever que se tratava, talvez não de uma operação vantajosa sob o ponto de vista financeiro, mas pelo menos de um empreendimento que as despesas seriam inteiramente cobertas pelas vantagens imediatas e resultantes da venda dos terrenos, sem, por consequência, levar em conta os lucros indirectos de novos impostos e da valorização do capital. Foi assim, sob o tríplice aspecto da hygiene, do embelezamento e da economia, que resolvi emprehender a realização de um ideia, que acariciava desde o começo de minha carreira. (SAMPAIO, 1924 *apud* ABREU, 1988, p.78).

Após esta empreitada do poder público pela melhoria das condições sanitárias da área em volta da Lagoa, na primeira metade do século XX, que a incorporação dessa região à cidade levaria gradualmente à alteração das características proletárias dos bairros da Gávea, Lagoa e Jardim Botânico, que assumiriam traços mais ligados aos grupos de maior renda nas décadas seguintes.

O período compreendido entre as décadas de 1930 e 1960 caracterizou-se por grandes transformações não somente nas áreas em volta da Lagoa Rodrigo de Freitas. As políticas estatais de incentivo à expansão da atividade industrial, somadas ao movimento espontâneo de crescimento da indústria, que derivava da necessidade de atender às demandas não satisfeitas pelas indústrias estrangeiras no período pós- crise de 1929 e durante a Segunda Guerra Mundial, impulsionaram a ocupação dos subúrbios e redefiniram espaços industriais na zona sul. De acordo com Abreu (1997)

A partir da década de 1930 que o Estado passa a intervir no processo de localização industrial, surgindo dessa iniciativa o Decreto-lei 6.00/37, que definiu pela primeira vez uma zona industrial da cidade. Como dessa nova área foram excluídos os bairros das zonas sul e norte do rio (muitos dos quais com importante tradição fabril, como Gávea, Jardim Botânico e Laranjeiras), as mudanças em forma e conteúdo impostas ao espaço passaram a ser inevitáveis. Impedidas de se expandir nessas áreas da cidade, e ocupando terrenos agora extremamente valorizados, essas indústrias logo optaram por transferir-se para outros locais, ou encerraram mesmo suas atividades, loteando seus terrenos e obtendo, com isso, grandes lucros. (p.100-101)

Os terrenos pertencentes à Fábrica Corcovado e à Fábrica Carioca da Companhia América Fabril foram retalhados, surgindo dali loteamentos que expressavam a expansão dos investimentos imobiliários que viriam a redefinir o perfil socioeconômico do bairro do Jardim Botânico no período entre 1930 e 1960, deixando para trás seu caráter fabril/operário.

A expansão se fazia em duas frentes: nos terrenos criados às margens da Lagoa e na direção da encosta do Corcovado, ao longo do Rio dos Macacos, onde foram erguidas residências para famílias abastadas e apartamentos para a classe média (BERNARDES, 1987 *apud* KOATZ, 2006, p.31). Observe as imagens a seguir.

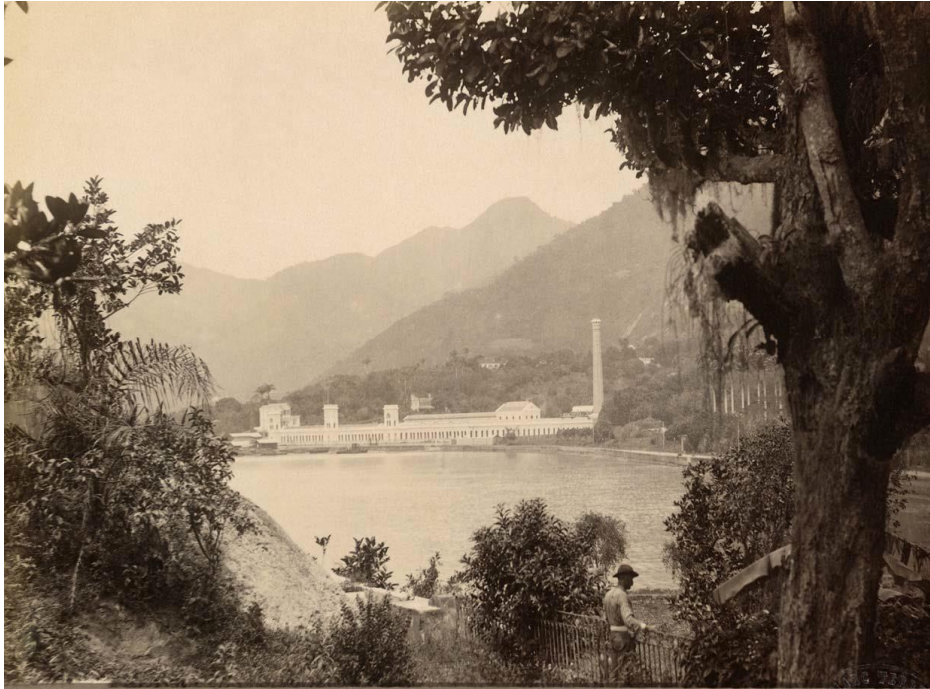


Figura 12: Fábrica Corcovado: inaugurada em 1889. Atualmente seu terreno compreende a área que vai do Parque Laje à Rua Faro.

Fonte: Fotografia de Marc Ferrez. Acervo Fundação Casa de Rui Barbosa.



Figura 13: Planta do Loteamento “Jardim Corcovado” em terreno da fábrica de mesmo nome que encerrou suas atividades em 1938.
Fonte: KOATZ (2006)

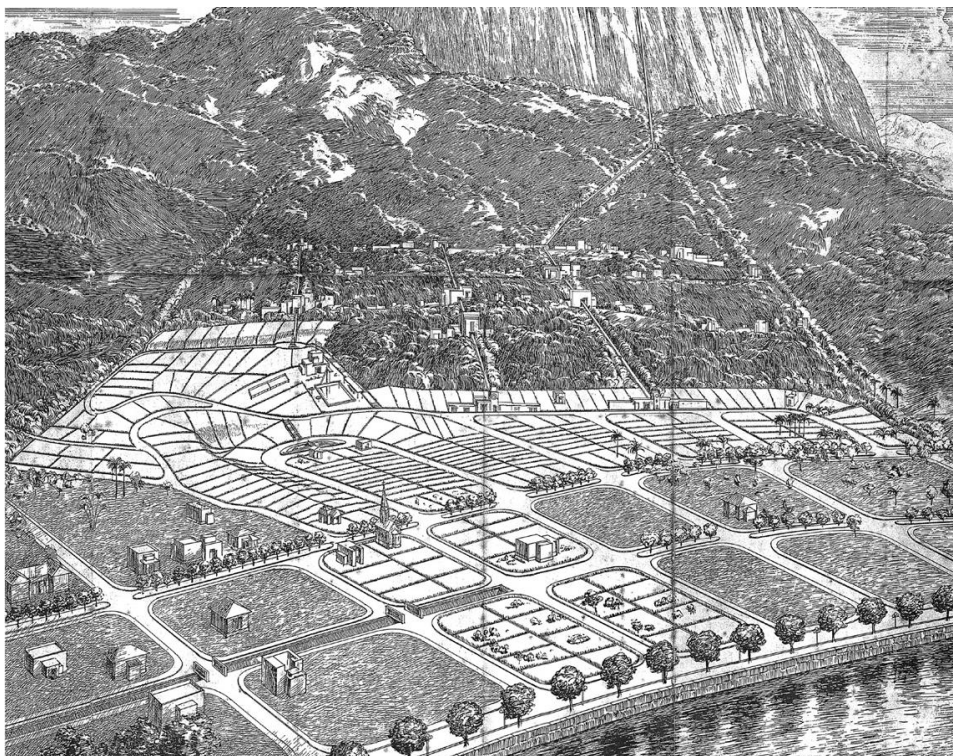


Figura 14: Perspectiva do loteamento “Jardim Corcovado”.
Fonte: KOATZ (2006)

Porém, foi no período da Guanabara (1960-1975) que essa região da cidade sofre suas grandes mudanças espaciais.

Nos anos 1960, a abertura do Túnel Rebouças marcou a grande transformação da área. A partir de então, o bairro do Jardim Botânico ficou ligado por uma via rápida à zona norte e ao centro da cidade, e a Rua Jardim Botânico, as Avenidas Borges de Medeiros e Alexandre Ferreira tornaram-se vias de ligação entre as zonas norte e sul. Em 1971, a inauguração do Túnel Dois Irmãos transformou as três vias em acesso para São Conrado e Barra da Tijuca. (KOATZ, 2006, p.34)

Foi nesse momento que aconteceu a explosão imobiliária e grande parte da área entrou em processo de transformação. O bairro perdeu grande parte dos vestígios do seu passado e os moradores viram-se privados dos referenciais concretos de sua história (PCRJ, 2001, p. 7).

Naquele mesmo período ocorreu a modificação das normas construtivas na Guanabara, permitindo a construção de edificações de diversos pavimentos que deformaram a escala preexistente. O adensamento populacional iniciado naqueles anos provocou mudanças drásticas em toda a área (PCRJ, 2001, p. 8).

É nesse contexto de expansão do mercado de imóveis, de adensamento populacional e de redefinição do perfil social do bairro que foi fundada em 18 de Julho de 1980 a Associação de Moradores e Amigos do Jardim Botânico (AMAJB). Quase todos os entrevistados nesta pesquisa tiveram alguma participação direta ou indireta na AMAJB.

A senhora B, afirma que atuou na causa originária da AMAJB e explica:

“Queriam derrubar a figueira da Rua Faro para a construção de um condomínio. Os moradores se reuniram e pressionaram a prefeitura. No fim o prédio ficou mais recuado e ficou tudo certo. ”

(Senhora B, moradora do Jardim Botânico desde 1975)

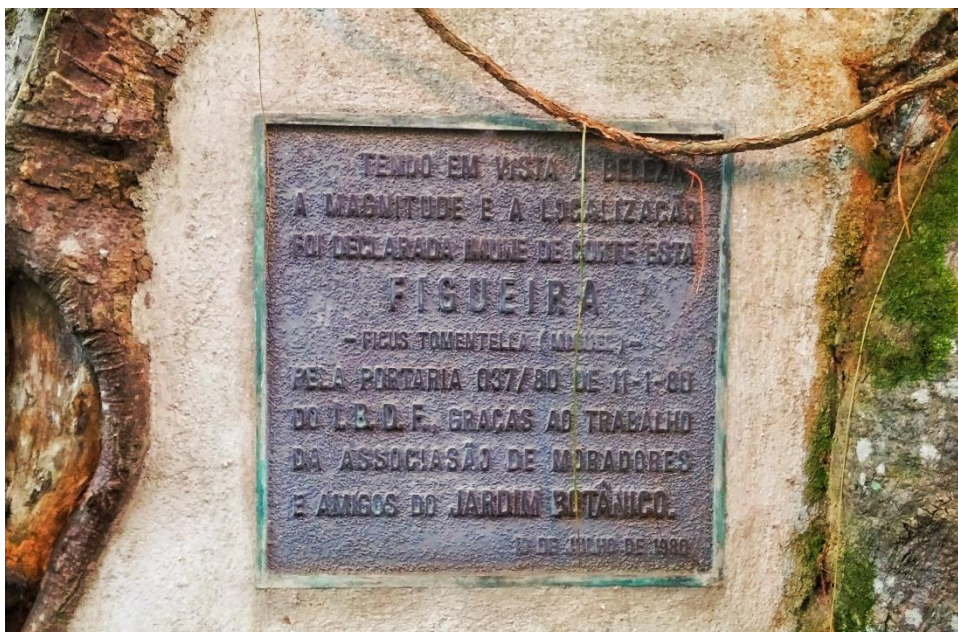


Figura 15: Placa comemorativa do “tombamento” da figueira da Rua Faro.
Fonte: Acervo pessoal, 2014.

Os problemas que surgiam em decorrência do crescimento do bairro, principalmente relativos ao trânsito e às ameaças à tranquilidade, iam sendo incorporados à pauta da associação de moradores, conforme ilustram os anexos 1, 2, 3 e 4. A abertura da autoestrada Lagoa-Barra na década de 1970 foi uma das questões que promoveu maior envolvimento dos moradores do bairro por estar associada a uma proposta da prefeitura de transformar a Rua Jardim Botânico em uma autopista que ligaria os bairros de Botafogo e Humaitá ao túnel acústico.

A crescente dificuldade de convivência com o excesso de carros no bairro e os permanentes congestionamentos na Rua Jardim Botânico foi destacada nas entrevistas pelos moradores sempre com grande pesar

O transito aqui é o maior problema. Aqui é um bairro de passagem. As calçadas são estreitas e você não vê recuo para os ônibus. Isso piora, pois engarrafa tudo.

Sr. Z. morador do Jardim Botânico desde 1976

Os problemas derivados do adensamento populacional do bairro aumentaram significativamente com a chegada da Rede Globo a partir de 1964. Tal fato vai resultar em grande impacto no trânsito, nos espaços para estacionamento e no mercado de imóveis.

Com a chegada da Globo o Jardim Botânico volta a ser “industrial”. Só a Globo tem mais funcionários que o total de moradores do bairro. Isso é um dado da minha tese de doutorado. E não para de crescer. Fora os terceirizados.

Sr. Z. morador do Jardim Botânico desde 1976

Os carros da Globo ficavam estacionados de qualquer jeito atrapalhando a passagem e tomando vaga dos moradores. As vezes eles fechavam a minha rua para fazer filmagens. Usavam também as casinhas da antiga vila operária. A Globo adensou muito o bairro.

Sra. R. morou no Jardim Botânico desde 1970. Mudou-se em 2014.

O espaço do bairro era o quintal dos carros da Globo. A relação é constrangedora. Eles têm muitos imóveis na Pacheco Leão, na Lopes Quinta e na Saturnino de Brito. Passaram a construir muitos prédios: é edifício administrativo, edifício garagem. Tem coisa que a gente nem sabe o que é.

Sra. I. moradora do Jardim Botânico desde 1999



Figura 16: Um dos terrenos da rede Globo no Jardim Botânico.
Fonte: acervo pessoal, 2014.



Figura 17: Peça publicitária feita pela rede Globo para o novo estúdio dos telejornais locais do Rio de Janeiro, localizado na Rua Lopes Quinta, inaugurado em 2011: valorização da estética da paisagem do bairro do Jardim Botânico.

Fonte: gregoripavan.blogspot.com.br

As ameaças à tranquilidade do bairro sempre foram combatidas pela AMAJB com relata Sr. M. que, assim como o Sr. H., mora bem próximo ao Parque Lage e teve grande envolvimento na luta contra as noites de festas organizadas pela Escola de Artes Visuais

A Escola de Artes Visuais do Parque Lage organizava pequenos shows para levantar fundos e conseguirem se manter. Não havia alvará, era um horror. Nós nos organizamos para ajudar na limpeza do parque que estava abandonado. Foi um trabalho árduo.

Sr. M. morador do Jardim Botânico desde 1966 e ex-presidente da AMAJB

Outra preocupação que aparece nas entrevistas realizadas com os moradores é a possível obra para a implantação linha 5 do metrô que ligará Gávea à estação Carioca passando, entre outros bairros, pelo Jardim Botânico. O projeto que ainda está na fase de estudos e nem tem data para ser colocado em prática, é visto como um risco à qualidade de vida do bairro.

O metrô aqui só vai piorar muito esse trânsito que já é caótico na Rua Jardim Botânico. Imagina quando começar essa obra! Sem contar o risco ambiental. São vários rios que descem da encosta aqui e desaguam na Lagoa que o túnel do metrô terá que cortar.

Sr. Z. Morador do Jardim botânico desde 1976.

Por fim, todo processo de expansão imobiliária ocorrido nos últimos 10 anos na cidade do Rio de Janeiro, junto com a valorização de um modo de vida que estima a sintonia com a natureza e que produza, a partir deste diferencial, um bem-estar para o morador do local, promoveu no bairro um encarecimento dos serviços e do comércio:

Aqui no Jardim Botânico hoje só tem dois supermercados caríssimos. Não tem livraria. Se você quiser uma livraria tem que ir ao Shopping da Gávea. Os bares estão cada vez mais caros, parece Copacabana. Os botequins estão acabando. Ninguém vai mais “pro” bar discutir política. É no balcão do bar que tudo acontece. O Jóia é uma resistência e mesmo assim já passou por essas obras aí que já não tem a mesma cara.

Sr. J. morador do Jardim Botânico desde

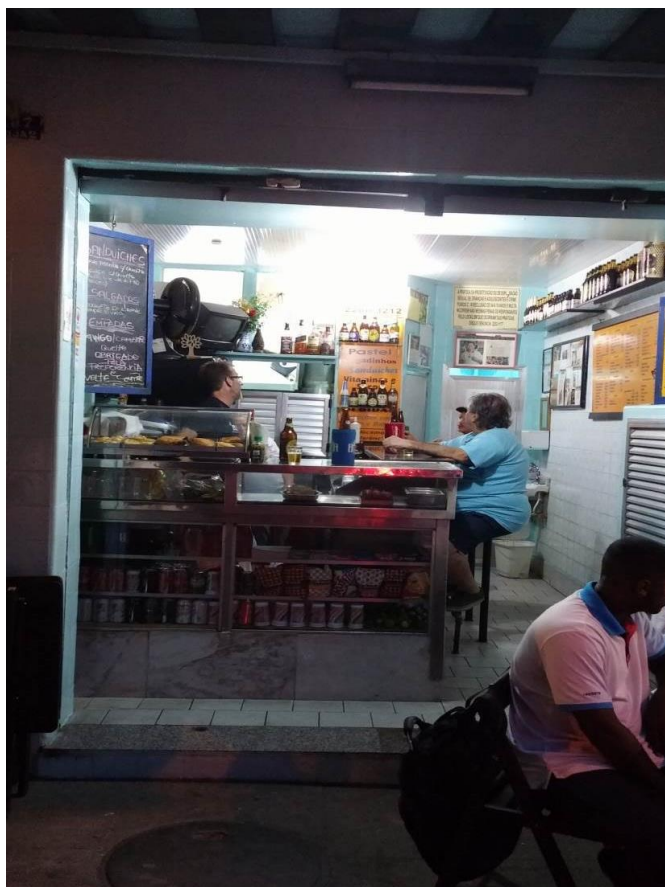


Figura 18: Bar Rebouças, clássico botequim carioca que ainda resiste na Rua Maria Angélica, considerada uma das mais nobres do bairro devido aos restaurantes caros que ficam na mesma calçada do “pé sujo”.

Era mais caseiro. Convivia-se mais. Ainda tem aquela relação de bairro na praça Pio XI, no jornaleiro, na farmácia, na padaria... onde você cruza com as pessoas. Hoje já tá mais sofisticado com esses restaurantes caros. Ganhou um certo glamour.

Senhor F. morador do jardim Botânico desde 1986.

Eu vivi um Jardim Botânico que tinha um sentimento comunitário. Hoje é cada um nas suas casas. Só o morador mais antigo que anda a pé e usa as calçadas. Virou um Soho sofisticado. Agora é chique morar o Jardim Botânico.

Sra. R. morou no Jardim Botânico desde 1970. Mudou-se em 2014.

Apesar da percepção da moradora citada anteriormente, que aqui concordamos, ainda é possível constatar resquícios do bairro que um dia foi fábri/operário em cenas típicas da construção simbólica de *subúrbio carioca*.

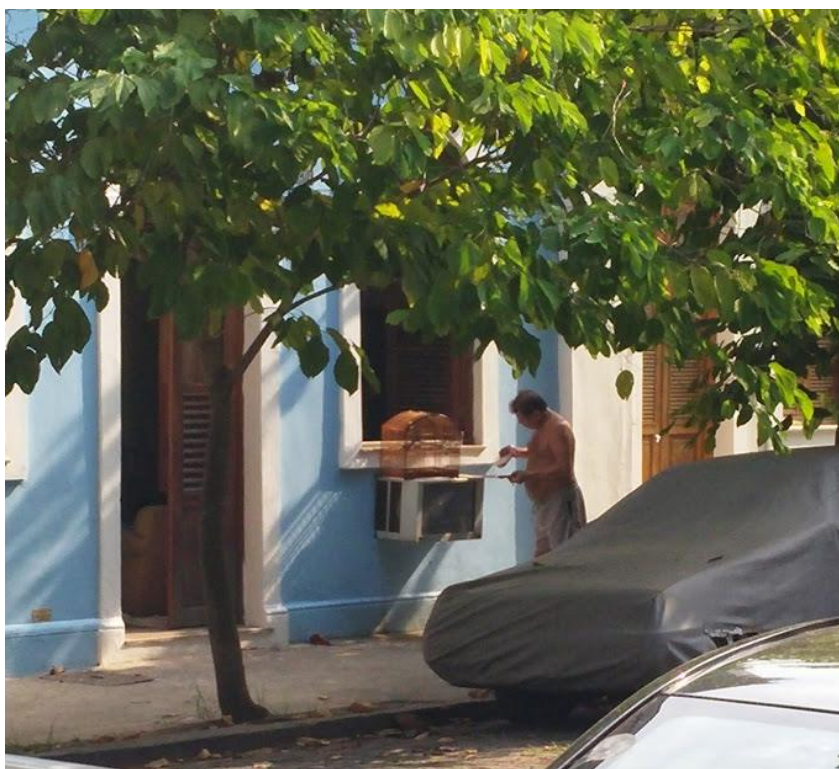


Figura 19: Morador na calçada fazendo higienização do fundo da gaiola do seu passarinho: cena suburbana.



Figura 20: Vendedor de frutas (I): Esquina da rua Jardim Botânico com rua Lopes Quinta: apropriação particularizada do espaço público.
Fonte: Acervo pessoal, 2014.